

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DOUTOR WANDERLEY ÁVILA  
DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**2ª Câmara**

**Representação nº 1071614**

Representantes: Adailton Pereira de Souza, Antônio Oliveira da Cruz, Adael dos Santos Franco, Vicente Neres de Santana e Geraldo Flávio de Macedo Soares.

Responsáveis: Danielle Costa Santana – Assessora e Consultora para Licitações e Contratos à época-; Gildenes Justiniano Silva – Presidente da Câmara Municipal à época-; Valdivino Doriedson Soares – Presidente da CPL à época-; Vanessa Lima Nunes – Membro da CPL à época-; Poliana Paiva da Silva – Membro da CPL à época.

**DANIELLE COSTA SANTANA**, Assessora e Consultora para Licitações e Contratos à época dos fatos, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF nº 055.463.866-57 e RG MG 10302596, residente na Rua Pablo Picasso, nº 519, Bairro Dalila, Montalvânia-MG, CEP 39495-000;

**GILDENES JUSTINIANO SILVA**, Presidente da Câmara Municipal à época dos fatos, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF nº 066.168.586-18 e RG MG 12597736, residente na Juazeiro, nº 397, Distrito de Capitânia, Montalvânia-MG, CEP 39495-000;

**VALDIVINO DORIEDSON SOARES**, Presidente da CPL à época dos fatos, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 740884.836-34 e RG M 5531848, residente na Rua Terezinha, nº 14, Distrito de São Sebastião dos Poções, Montalvânia-MG, CEP 39495-000;

**VANESSA LIMA NUNES**, Membro da CPL à época dos fatos, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 110.066.796-55 e RG MG 5700357, residente na Praça Platão, nº 294, Bairro Centro, Montalvânia-MG, CEP 39495-000; e

**POLIANA PAIVA DA SILVA**, Membro da CPL à época dos fatos, brasileira, divorciada, inscrita no CPF nº 097.787.666-73 e RG MG 16410052, residente na Avenida Paganini, nº 335, Bairro Guarabira, Montalvânia-MG, CEP 39495-000, **vêm**,

respeitosamente à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, por seu procurador abaixo assinado (instrumento de procuração em anexo), atender a determinação contida nos ofícios retros e apresentar as seguintes razões de defesa.

## **I – SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO**

Os Ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Montalvânia/MG acima referenciados, apresentaram representação nesta Corte de Contas arguindo supostas irregularidades cometidas pelos representados em relação a contratação da Advogada Ana Carolina Leo, através do Processo Licitatório nº 006/2019, Convite nº 001/2019, instaurado na referida Câmara. O objeto do referido procedimento é a prestação de serviços técnicos especializados de Assessoria e Consultoria Jurídica da Mesa Diretora, emissão de Pareceres Jurídicos, acompanhamento de questões de ordem jurídica de interesse da Câmara e de Sessões Legislativas, defesa judicial da Câmara em 1ª e 2ª instâncias.

Em síntese, os representantes alegam que a contratação seria desnecessária, uma vez que a Câmara já possuiria dois assessores, sendo um comissionado e outro contratado e que a demanda seria baixa, tanto do serviço legislativo interno quanto das demandas judiciais.

Ainda, aduzem que o procedimento continha diversos vícios, que indicaria uma contratação combinada, em suposto (e não comprovado!) conluio entre o Presidente da Câmara e a advogada então contratada, destacando: (i) a nomeação de vereador como membro da Comissão de Licitação; (ii) tipo de licitação “menor preço e melhor técnica” inexistente na lei de licitações; (iii) suposta publicações indevidas do edital; (iv) reformulações e republicações sucessivas do Edital de forma supostamente tendenciosa e direcionada à advogada Ana Carolina Leo, que teria apresentado documentação faltosa e em desacordo com as exigências para habilitação; (v) suposta ausência de comprovação de notória especialização nos termos do art. 26 da Lei n. 8666/93; (vi) suposta manipulação na exigência legal mínima de 3 (três) convidados; (vii) suposto conluio entre a Comissão de Licitação e o Presidente da Câmara e da Licitante Vencedora.

Sustaram, ademais, que o Presidente da Câmara teria agido com parcialidade na condução do certame licitatório, com suposta influência e interesse no seu resultado, pois a licitante vencedora possuiria vínculo com o este, já que atuaria como sua procuradora em ações judiciais particulares.

Com base em tais relatos, os representantes solicitaram que esta Corte de contas apurasse as supostas irregularidades indicadas. Após o recebimento da representação, o ilustre Conselheiro Relator, no despacho de fls. 1001, encaminhou os autos à unidade técnica para manifestação, tendo esta apontados as seguintes inconsistências (fls. 1010/1026): (i) Ausência de exposição dos motivos para a contratação; (ii) Composição irregular da Comissão de Licitação; (iii) Irregularidades no Edital quanto a indicação do tipo de licitação, exigência de tempo mínimo de experiência e exigência de atestado de atuação nos ramos do Direito Público e Administrativo; (iv) Demais fatos irregulares que ensejam dano ao erário; (v) irregularidades na fase de habilitação; (vi) irregularidade na publicação do Edital; (vii) irregularidades na expedição dos convites; e (viii) demais irregularidades verificadas em face do terceiro instrumento convocatório.

Não obstante, como se passa a demonstrar, inexistem as alegadas irregularidades no processo licitatório e na contratação, a justificar a aplicação de qualquer penalidade, razão pela qual, a representação deve ser integralmente rejeitada.

## **II – DOS ESCLARECIMENTOS. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO**

Inicialmente destaca-se que, com base na representação, a Unidade Técnica apontou supostas condutas consideradas irregulares, bem como seus possíveis responsáveis, vejamos:

### **(i) Quanto a alegada ausência de exposição dos motivos para a contratação.**

GILDENES JUSTINIANO SILVA

*Conduta: Requisitar a contratação de prestador de serviços de assessoria jurídica não observando o cumprimento dos requisitos legais quanto à justificativa pormenorizada da efetiva necessidade em relação à demanda, considerando a existência de advogados nos quadros da Câmara.*

### **(ii) Quanto a alegada composição irregular da Comissão de Licitação.**

GILDENES JUSTINIANO SILVA

*Conduta: Nomear o Vereador Valdivino Doriedson Soares para presidência da Comissão de Licitação do Processo Licitatório n. 006/2019 - Convite n. 001/2019 em desacordo com as disposições da lei de licitações, pois haveria dois servidores ocupantes de cargo efetivo na câmara.*

**(iii) Quanto a alegada existência de irregularidades no Edital (Tipo de licitação, exigência de tempo mínimo de experiência e exigência de Atestado de atuação nos ramos do Direito Público e Administrativo).**

VALDIVINO DORIEDSON SOARES

*Conduta: Elaborar o Ato Convocatório definindo tipo de licitação 'Menor Preço e Melhor Técnica' inexistente na lei de licitações, desacompanhado de parâmetros claros e objetivos para julgamento da melhor técnica; Fazer constar no Edital exigências desproporcionais relacionadas a tempo mínimo de experiência (item 3.1) e de atestado de atuação em áreas do Direito Público e Administrativo (item 4.3.2), redundante como item 4.3.1 que exige atestado de capacidade técnica emitido por pessoa de direito público, exorbitando a lei de licitações; Apresentar minuta do Edital com erro do local da prestação do serviço.*

DANIELLE COSTA SANTANA

*Conduta: Emitir parecer jurídico favorável à minuta editalícia contendo irregularidades no seu conteúdo.*

**(iv) Quanto as alegadas existência de irregularidades na fase de habilitação.**

VALDIVINO DORIEDSON SOARES, VANESSA LIMA NUNES e POLIANA PAIVA DA SILVA

*Conduta: Registrar indevidamente em ata que apenas um licitante enviou envelopes contendo a documentação e a proposta quando 3 (três) interessados acudiram ao chamamento público; aceitar a participação de licitante que apresentou apenas 1 (um) envelope; aceitar espelhos extraídos de sítios eletrônicos de processos judiciais relativos à atividade profissional como sendo atestado de atuação nos ramos do Direito Público e Administrativo; acatar solicitação de recurso sem qualquer fundamentação legal, em virtude de inabilitação por documentação faltosa; deixar de comunicar a interposição de recurso pela licitante inabilitada aos demais licitantes; proceder a reformulação e republicação do Edital, mesmo tendo habilitado um licitante que cumpriu todas as exigências da respectiva fase; deixar de comprovar a devolução dos envelopes de proposta aos licitantes, em virtude da decisão de reformular o Edital.*

DANIELLE COSTA SANTANA

*Conduta: Emitir parecer jurídico sugerindo e recomendando a republicação do Edital com fundamento em decisões jurisprudenciais exaradas no sentido do acolhimento a 3 (três) propostas válidas, mesmo tendo sido habilitado um licitante; oportunizar a correção de documento referente a pendência junto ao fisco federal que inabilitou a licitante que apresentou recurso, negado pela mesma.*

**(v) Quanto a alegada existência de irregularidade na publicação do Edital.**

VALDIVINO DORIEDSON SOARES

*Conduta: Deixar de publicar o Edital, na sua segunda reformulação, no Diário Oficial de Minas Gerais, uma vez que foi publicado na imprensa oficial na versão original e na primeira reformulação, à vista de possível alteração de propostas.*

DANIELLE COSTA SANTANA

*Conduta: Deixar de acompanhar as etapas do procedimento licitatório, finalidade precípua de sua contratação com a Câmara para prestar assessoria e consultoria em licitações e contratos.*

**(vi) Quanto a alegada existência de fatos irregulares que ensejam suposto danos ao erário - Valor original: R\$ 40.000,00**

VALDIVINO DORIEDSON SOARES

*Conduta: Habilitar e julgar vencedora do Processo Licitatório n. 006/2019, Convite n. 001/2019 licitante que não cumpriu exigência editalícia correspondente à atestado de atuação nos ramos do Direito Público e Administrativo, sendo ainda sócia em escritório de advocacia de licitante convidado a participar do certame.*

DANIELLE COSTA SANTANA

*Conduta: Deixar de emitir parecer jurídico sobre a minuta do Edital correspondente a segunda reformulação (3º Ato Convocatório); deixar de proceder ao devido acompanhamento pelo cumprimento das fases de habilitação e julgamento do Processo Licitatório n. 006/2019, Convite n. 001/2019 referente à contratação de assessor jurídico, finalidade precípua de sua contratação com a Câmara para prestar assessoria e consultoria em licitações e contratos.*

GILDENES JUSTINIANO SILVA

*Conduta: Adjudicar, homologar, contratar e ordenar despesas decorrentes do Processo Licitatório n. 006/2019, Convite n. 001/2019 correspondente à contratação de assessor jurídico, do qual participaram licitantes convidados, ora apresentando documentação sabidamente faltosa, ora sócia de mesmo escritório de advocacia, pelo qual assinam conjuntamente, processos judiciais, com indícios claros de participação para transparecer cumprimento legal, em detrimento de servidores de assessoria jurídica já existente na Câmara (servidor comissionado em recrutamento amplo e contratado), com evidências de direcionamento.*

**(vii) Quanto a alegada existência de irregularidades na expedição dos convites, sugerindo suposta combinação entre os concorrentes, e ausência de comprovação de terem sido convidados o número mínimo de 3 (três) licitantes pela Câmara para o convite em tela, nem a indicação de mais um interessado.**

VALDIVINO DORIEDSON SOARES, VANESSA LIMA NUNES e POLIANA PAIVA DA SILVA

*Conduta: Enviar o convite/edital do Processo Licitatório n. 006/2019, Convite n. 001/2019 aos mesmos profissionais que participaram da pesquisa de preços, sugerindo combinação entre eles, não alcançando efetivamente o mínimo de 3 (três) convidados; apresentar cópias de mensagens eletrônicas de envios de editais sem a confirmação de seus recebimentos.*

DANIELLE COSTA SANTANA

*Conduta: Deixar de acompanhar e confirmar o envio do convite/edital ao maior número de possíveis interessados no certame de forma a se evitar possível conluio entre participantes e, assim, atender o mínimo legal exigido pela lei.*

**(viii) Quanto a alegada existência de irregularidades verificadas em face do terceiro instrumento convocatório.**

VALDIVINO DORIEDSON SOARES, VANESSA LIMA NUNES e POLIANA PAIVA DA SILVA

*Conduta: Elaborar de forma incorreta a minuta contratual ao indicar na Cláusula Segunda que os serviços serão prestados na sede da Contratada Câmara Municipal*

*de Montalvânia, que se trata em verdade de contratante; alegar indevidamente que foi dada ampla publicidade somente afixando o edital no quadro de avisos da Câmara afim de postular a ausência de interessado se delimitações de mercado; deixar de relacionar nominalmente os supostos 05 (cinco) profissionais convidados conforme consta em Ata; registrar no Mapa Comparativo de Preços que a abertura do envelope deu-se às 9:30 horas do dia 29/04/2019, quando a Ata registra a abertura do envelope da documentação às 9:45 horas do mesmo dia.*

DANIELLE COSTA SANTANA

*Conduta: Deixar de acompanhar a elaboração do Instrumento Convocatório de forma a procedera as correções tempestivamente; deixar de emitir o competente parecer jurídico sobre a minuta do Instrumento Convocatório, por consequência seu anexo correspondente a minuta do Contrato.*

Com a máxima *venia* as considerações da Unidade Técnica, verifica-se que todos os apontamentos realizados na análise visam resguardar o entendimento de que haveria conluio entre o Presidente da Câmara de Montalvânia e todos envolvidos no procedimento para que a licitante Ana Carolina Leo se sagrasse vencedora. Nessa lógica, de modo que todos os atos praticados no âmbito do Processo Licitatório n. 006/2019, Convite n. 001/2019, objetivaram supostamente assegurar o êxito na contratação da licitante.

Ora, em primeiro plano destaca-se que a maioria dos apontamentos indicados no relatório técnico configuram, nada mais, que meros erros materiais, Neste contexto, é de se destacar que o objeto da contratação em questão nem mesmo demandaria a realização de licitação. Isto porque, se fosse interesse da Câmara de Montalvânia, devidamente representada pelo seu Presidente, contratar diretamente os serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica com a representada Ana Carolina Leo poderia fazê-lo sem promover um procedimento licitatório.

Com efeito, a Constituição da República impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cuja finalidade - em termos simplórios - é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.

Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Tal princípio – o da licitação -, por ser regra, deve ser lido da forma mais extensível quanto possível, ao passo que as exceções devem ser lidas e interpretadas de forma restritiva. Assim manda a boa hermenêutica por meio do enunciado da interpretação restritiva das regras de exceção (*exceptiones sunt strictissimae interpretationis*). Na prática: licitar sempre quando possível, contratar sem licitação somente quando estritamente necessário.

Entretanto, a Carta Magna prevê expressamente a existência de casos que excepcionam o dever de licitar. São os casos das licitações tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis. Atendo-nos à inexigibilidade de licitação, devemos analisar as previsões contidas no art. 25, caput, inciso II e §1º e no art. 13, V da Lei de Licitações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O art. 25 da Lei 8666/93 trata da inexigibilidade da licitação quando houver, então, inviabilidade de competição. O artigo 25 faz remissão ao artigo 13 da mesma lei, na qual, estão mencionados vários desses serviços técnicos profissionais especializados, como assessorias ou consultorias técnicas, em especial a jurídica, conforme se destaca:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

V - Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

Destaca-se, a propósito, que para extirpar do ordenamento jurídico o debate quanto a licitude de contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica sem licitação, o art. 3º-A da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, incluído pela Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, prevê que os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização:

Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei. (Incluído pela Lei nº 14.039, de 2020)

Parágrafo único. Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. (Incluído pela Lei nº 14.039, de 2020)

Em relação aos preceitos da Lei n. 14.039, de 17 de agosto de 2020, o Plenário do TCE-MG, nos autos das Consulta nº 987411 que versa sobre a contratação direta por inexigibilidade de licitação pela Administração Pública de serviços advocatícios, também reconhecidos como singulares pela novel legislação, fixou a seguinte tese:

CONSULTA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. RECOMENDAÇÃO N. 36 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. OBSERVAÇÃO DOS PRECEITOS DA RECENTE LEI N. 14.039/2020 E DAS DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NO ART. 26 DA LEI N. 8666/93.

Inexiste divergência entre a Recomendação nº 36 do Conselho Nacional do Ministério Público e o posicionamento deste Tribunal de Contas acerca da contratação direta por inexigibilidade de licitação pela Administração Pública de serviços advocatícios, observando-se os preceitos da recente Lei n. 14.039, de 17 de agosto de 2020, que reconheceu a singularidade dos serviços de advocacia pela natureza técnica dessa atividade, sem prejuízo do cumprimento das demais condições para contratação por inexigibilidade de licitação, em especial os requisitos previstos no art. 26 da lei n. 8666/93. (TCE-MG - Consulta nº 987411, Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de 2/12/2020)

Por certo, a contratação de serviços de advocatícios por inexigibilidade de licitação já era amparada pela Lei 8666/93 ao tempo do procedimento licitatório realizado pela Câmara de Montalvânia, o qual foi instaurado com vistas a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Objetivo alcançado com êxito, como se vê dos orçamentos apresentados na etapa da orçamentação, os quais se mostram bem superiores ao valor ao final contratado.

É se questionar por que haveria todo a instauração de todo um procedimento, dotado de especificidades, para supostamente burlar a licitude de uma contratação que sequer precisaria ocorrer por meio de licitação. Neste sentido, no caso dos autos foi identificado que as demandas da Câmara Municipal de Montalvânia exigiam uma atuação jurídica especializada, sendo formalizado processo de licitação com justificativa escrita e parecer jurídico.

Os serviços previstos no edital e no contrato se revestem do caráter de especificidade, sendo que inexistente fundamento para considerar que a contratada não era dotada de notória especialização. Mas, ainda que se diga que deveriam estar sendo prestados por servidores da própria administração-contratante, o que se admite apenas por argumentar, inexistente indicação de que os servidores da Câmara possuíam a capacitação e experiência necessária para o atendimento das demandas singulares. Com efeito não havia a estrutura adequada, de modo que se mostra correta e necessária a promoção da competente licitação.

Destaca-se que o TCU possui jurisprudência no sentido de que a contratação de terceiros para prestar serviços advocatícios é possível “*desde que a natureza e as características de singularidade e de complexidade desses serviços sejam de tal ordem que se evidencie não poderem ser normalmente executados pelos profissionais de seus próprios quadros*” (Decisão 494/1994 – Plenário). No caso, impõe ressaltar que as atividades previstas no contrato não coincidem com aquelas exercidas pelos servidores do quadro da Câmara, tampouco há na Câmara procuradoria jurídica estruturada com profissionais com conhecimento em direito público e administrativo que pudessem opinar sobre os assuntos e matérias atribuídas no contrato.

De igual modo, cabe salientar que o valor da contratação não se revela abusivo ou fora dos parâmetros de mercado (R\$ 5.000,00 por mês, com preço global de R\$ 40.000,00), sendo certo que o valor da remuneração dos servidores não pode ser utilizado como parâmetro para fixação da média de mercado. É de se considerar que, diferentemente do servidor público, o profissional autônomo ou o empresário que contrata com a administração possuiu diversos encargos, como custos tributários e de manutenção e infraestrutura da própria atividade, que influem no preço do mercado.

Nesta perspectiva, é de se observar que o valor ofertado na licitação pela licitante vencedora, está dentro da média de mercado, tendo por base a orçamentação realizada pela Câmara na fase interna do processo licitatório. Assim, os honorários pagos pela casa legislativa são compatíveis com o mercado.

Ainda, não se pode concluir pela presença de prejuízo ao erário, porquanto o que se denota é que os serviços foram prestados, de forma satisfatória, além do fato de que o valor da contratação em testilha não se revela abusivo ou fora dos parâmetros do mercado. Assim, não havendo indícios de que os serviços não tenham sido prestados corretamente, não se afigura razoável a devolução dos valores pagos na contratação.

Dessa forma, o que se constata é a ausência de plausibilidade das alegações da Representante, pois a licitação está pautada nos critérios objetivos e foi executada com vistas a contratação mais eficiente e econômica para a Câmara. Os erros materiais supostamente ocorridos, indicados pela unidade técnica, trata-se mais de inabilidade dos responsáveis quanto aos procedimentos a serem seguidos na modalidade de licitação adotada, que destacamos sequer precisaria ocorrer, dado que a contratação de assessoria jurídica especializada no caso sequer prescindiria de realização de licitação, o que por si só, revela que os servidores do quadro administrativo da Câmara não possuíam a especialidade necessária para lidar com as matérias jurídicas de direito público administrativo.

### **III – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES PASSIVEIS DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO. APONTAMENTOS QUE NÃO TRANSBORDAM O PLANO DO MERO ERRO MATERIAL.**

Conforme salientado, todos os apontamentos realizados nos autos visam resguardar o entendimento de que haveria conluio entre o Presidente da Câmara de Montalvânia e todos envolvidos no procedimento para que a licitante Ana Carolina Leo se sagrasse vencedora do certame, de modo que todos os atos praticados no âmbito do Processo Licitatório n. 006/2019, Convite n. 001/2019, cuja maioria dos apontamentos de irregularidade sequer transbordam o plano do mero erro material, objetivaram supostamente assegurar o êxito na contratação da licitante.

Nada obstante, no que tange a responsabilização do agente público, **o art. 28 do Decreto Lei nº 4.657/42 – LINDB-**, com a redação inserida pela Lei nº 13.165 de 2018, dispõe que: “**Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.**”

O objetivo do dispositivo é garantir a devida segurança para que o agente público possa desempenhar suas funções de forma adequada. Por isso determina que ele só responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões em caso de dolo ou erro grosseiro, o que inclui obviamente situações de negligência grave, imprudência grave ou imperícia grave.

Dessa forma, é imprescindível que no caso concreto leve-se em conta os obstáculos e as dificuldades reais enfrentadas, bem como seja considerada a conduta mediante as circunstâncias práticas que flagrantemente impuseram, limitaram e condicionaram a ação dos agentes, sob pena de ser exigido conduta impossível e impraticável.

Essa mudança de postura já começa a ser externada na jurisprudência brasileira. É o caso do recente **Acórdão 1.628/2018 – Plenário do Tribunal de Contas da União**, julgado em 18/07/2018, em que o relator, ministro Benjamin Zymler **utilizou o conceito de "erro grosseiro" previsto no artigo 28 da Lei 13.655/2018 para deixar de sancionar um servidor municipal, levando em**

**consideração, dentre outros, a situação fática que permeava a prática da conduta supostamente irregular.**

Nesta perspectiva, renovando *venia* as considerações da Unidade Técnica desta Corte Estadual de Contas, não há qualquer infringência a Lei de Licitações e Contratos no presente caso, eivadas de vícios que ensejam responsabilização, pois ausente intenção dos agentes em praticar qualquer conduta irregular com vistas a atentar burlar a norma de regência em benefícios de quem quer que seja. Como dito, os apontamentos não transbordam a meros erros materiais, insuficientes para macular a licitude da contratação.

Dispõe do art. 22, § 3º da Lei 8666/93 que “*O Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, (...)*”. Conforme leciona **Marçal Justen Filho**<sup>1</sup>, o convite é o procedimento mais simplificado dentre as modalidades comuns de licitação, o qual confere a Administração Pública a **discricionariedade de escolher potenciais interessados em participar**, no interesse da Administração e para a realização de suas funções.

O renomado autor esclarece ainda que:

**“O procedimento licitatório ‘convite’ pressupõe a ausência de necessidade de especificações detalhadas ou de complexidades no objeto a ser contratado. O convite é adequado quando o objeto a ser contrato é simples o suficiente para ser realizado por qualquer profissional de uma determinada área. (...)”.** (Pag. 428)

Dito isso, passa-se a destacar as razões pelo arquivamento da representação.

### **III.1 - Alegada ausência de exposição dos motivos para a contratação.**

A unidade técnica apontou a responsabilidade do agente GILDENES JUSTINIANO SILVA, com a seguinte conduta: “*Requisitar a contratação de prestador de serviços de assessoria jurídica não observando o cumprimento dos requisitos legais quanto à justificativa pormenorizada da efetiva necessidade em*

---

<sup>1</sup> Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17ª ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. Pag. 423

*relação à demanda, considerando a existência de advogados nos quadros da Câmara”.*

Entretanto, a justificativa quanto a necessidade da contratação para o atendimento das demandas já tinha sido atestada pela Secretária da Câmara, Sra. Eliana Alves dos Santos, cuja solicitação de autorização para a abertura de Processo Licitatório foi enviada ao então Presidente da Câmara, acompanhada de quatro orçamentos (f. 526/530).

A questão objeto do questionamento se refere a uma exigência, não fundamentada, de que fosse realizada justificativa pormenorizada da efetiva necessidade em relação à demanda, considerando a existência de advogados nos quadros da Câmara. Ao que tudo indica, a Unidade Técnica estaria exigindo que o agente deveria expor as fragilidades técnicas da assessoria jurídica formada por servidor efetivo e um comissionado. É dizer, para justificar a necessidade da contratação, o agente deveria certificar nos autos do processo que os servidores da Câmara não tinham capacidade técnica (grosso modo, não dão conta do serviço) para atender as demandas mais complexas.

A pretensão evidenciada se mostra distanciada e incompatível com a realidade fática de qualquer setor público. Não se pode desconsiderar a existência de relações interpessoais próprias de qualquer instituição. Assim, não se mostra crível, para justificar a necessidade de contratação de profissional especialista, descredibilizar os servidores que já compõe o setor, atestar em documento público menos ainda, sob pena de fragilizar as relações institucionais, abrindo-se espaços para imputações indevidas, como assédio no ambiente de trabalho.

A necessidade de contratação está evidenciada pela necessidade de atender aos pedidos de informação da Mesa Diretora, exercer outras atividades que forem determinadas pelo Presidente da Câmara tais como auxiliar, quanto aos aspectos jurídicos, a mesa diretora nos trabalhos legislativos emitindo Pareceres Jurídicos, acompanhar junto aos órgãos Públicos e Privados as questões de ordem jurídica de interesse da Câmara e defender judicialmente em 1ª e 2ª instâncias os interesses que versarem sobre atos e ações regimentais e/ou interesse direto da mesa diretora, acompanhar presencialmente as Sessões Legislativas e adotar providências para garantia da ordem institucional da Câmara sempre que se fizer necessário

acompanhar, instaurar e/ou responder na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Essa necessidade não poderia ser suprida apenas pelos servidores que já compunham o quadro de pessoal das Câmaras.

### **III.2 – Alegada composição irregular da Comissão de Licitação**

Com relação alegada irregularidade composição da Comissão de Licitação, por ter o então Presidente da Câmara GILDENES JUSTINIANO SILVA nomeado Vereador Valdivino Doriedson Soares para compor a Comissão de Licitação, a Unidade Técnica registrou que o entendimento pacificado neste Tribunal seria para a possibilidade, desde que a estrutura funcional diminuta da Câmara não permitisse o cumprimento do disposto na lei de licitações. Entretanto, considerou que tal situação não estaria presente no caso, pois no Quadro de Servidores da Câmara, a época em que nomeada a Comissão Permanente de Licitação, constavam pelo menos dois servidores ocupantes de emprego público.

Com efeito, nos termos do caput do art. 51 da Lei 8666/1993, as comissões permanentes ou especiais de licitação serão compostas de, no mínimo, 03 (três) membros, sendo que pelo menos 02 (dois) deles deve ser servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes da entidade responsável pelo certame licitatório, por sua vez, nos casos de licitação na modalidade convite, o § 1º do referido artigo autoriza que a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por **comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.**

**§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.**

Ocorre que a Câmara de Montalvânia não possui servidores efetivos, ou seja, servidores pertencentes aos quadros permanentes. Pela análise do Portal da Transparência a época em que realizada a nomeação da Comissão de Licitação, de fato constava **dois servidores ocupantes de emprego público, todavia, estes servidores não são pertencentes a quadro permanentes do Órgão, são servidores contratados.**

Nesta perspectiva, não há como concluir pelo descumprimento da exigência disposta no caput do art. 51, da Lei 8666/1993, ao contrário, a constituição da Comissão Permanente de Licitação está plenamente adequada ao que dispõe o § 1º da Lei de licitações, sendo certo que, seja na lei ou na jurisprudência, **não se pode extrair a existência de uma ordem de preferência entre servidores do órgão não pertencentes ao quadro permanente**, não há justificativa para que se dê preferência aos contratos, em seguida aos comissionados e, por fim, ao detentor de cargo eletivo, como se pretende no presente caso.

Necessário salientar que, o então Presidente da Câmara primou pela preservação do melhor interesse público, pois além do vereador, cuidou para que dois servidores ocupantes de cargos não eletivos compusessem a Comissão, sendo a servidora Vanessa Lima Nunes, ocupante de emprego público de Assessora Parlamentar e a servidora Poliana Paiva da Silva – ocupante à época de cargo comissionado de recrutamento amplo de Assessora Parlamentar.

### **III. 3 – Alegada existência de irregularidades no Edital (Tipo de licitação, exigência de tempo mínimo de experiência e exigência de Atestado de atuação nos ramos do Direito Público e Administrativo).**

A Unidade Técnica, analisando as supostas irregularidades arguidas pelos representantes, entendeu que o Presidente da Comissão de Licitação VALDIVINO

DORIEDSON SOARES, deveria ser responsabilizado pela seguinte conduta: *"Elaborar o Ato Convocatório definindo tipo de licitação 'Menor Preço e Melhor Técnica' inexistente na lei de licitações, desacompanhado de parâmetros claros e objetivos para julgamento da melhor técnica; Fazer constar no Edital exigências desproporcionais relacionadas a tempo mínimo de experiência(item3.1)e de atestado de atuação em áreas do Direito Público e Administrativo (item4.3.2), redundante como item 4.3.1 que exige atestado de capacidade técnica emitido por pessoa de direito público, exorbitando a lei de licitações; Apresentara minuta do Edital com erro do local da prestação do serviço.*

Em relação a estas supostas irregularidades, considerou que a agente DANIELLE COSTA SANTANA também deveria ser responsabilizada por: *"Emitir parecer jurídico favorável à minuta editalícia contendo irregularidades no seu conteúdo."*

Inicialmente, é de se destacar que a definindo tipo de licitação 'Menor Preço e Melhor Técnica' trata-se de evidente **erro material** que não prejudicou qualquer licitante. Não houve impugnação ao edital em relação a incorreção do tipo de licitação, pois facilmente se extrai a existência de simples erro de digitação, já que, como descreveu a Unidade, o tipo inexistente na lei de licitações, não tendo o edital previsto parâmetros para julgamento da melhor técnica. Ao final, o licitante vencedor foi aquele que ofertou o menor preço.

Já no que se refere a exigência de tempo mínimo de experiência e exigência de Atestado de atuação nos ramos do Direito Público e Administrativo, as exigências são claras e compatíveis com o objeto do edital, considerando-se as especificidades da matéria e da normatização que envolve os trabalhos legislativos.

Como visto, o objetivo da licitação consiste na contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços técnicos ESPECIALIZADOS de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender aos pedidos de informação da Mesa Diretora, exercer outras atividades que forem determinadas pelo Presidente da Câmara tais como auxiliar, quanto aos aspectos jurídicos, a mesa diretora nos trabalhos legislativos emitindo Pareceres Jurídicos, acompanhar junto aos órgãos Públicos e Privados as questões de ordem jurídica de interesse da Câmara e defender judicialmente em 1ª e 2ª instâncias os interesses que versarem sobre atos e ações

regimentais e/ou interesse direto da mesa diretora, acompanhar presencialmente as Sessões Legislativas e adotar providências para garantia da ordem institucional da Câmara sempre que se fizer necessário acompanhar, instaurar e/ou responder na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no exercício de 2019 para a Câmara Municipal de Montalvânia.

Ora, a execução das atividades exige experiência prévia na área de direito público, em sentido amplo, para que se possa dar à Mesa Diretora orientações legislativas com total segurança. A análise desarrazoada e equivocada de profissional que não detenha conhecimento especializado, pode até culminar em uma indesejável formulação de legislação equivocada do ponto de vista formal e material, afetando, ainda, políticas públicas que demandam autorização do legislativo.

A prévia experiência nas áreas de atuação exigidas no edital, vai ao encontro do interesse público e do princípio da eficiência, pois é indispensável que o licitante vencedor possua conhecimentos técnicos profissionais especializados em Direito Público e Administrativo. Desta forma, inequívoca a necessidade de que os licitantes possuam experiência singular, sendo certo que o Edital do certame está em consonância com o disposto a Lei de Licitações.

Nas palavras de Marçal Justino Filho, a habilitação: "*consiste no conjunto de atos orientados a apurar a idoneidade e a capacitação de sujeito para contratar com a Administração Pública*."<sup>2</sup>. Vislumbra-se, portanto, que as exigências conferidas no edital quanto a exigência de tempo mínimo de experiência e exigência de Atestado de atuação nos ramos do Direito Público e Administrativo estão de acordo com a natureza e o objeto a ser contratado pela administração. Não há quaisquer excessos.

A seu turno, inexistente qualquer ilegalidade na exigência de experiência anterior, em face da complexidade do objeto, na forma já demonstrada na presente defesa. Nesse sentido, é a doutrina de Marçal Justen Filho:

Não se comete violação ao art. 30, II da Lei nº 8.666/93, quando, em procedimento licitatório, a Administração Pública edita ato visando

---

<sup>2</sup> Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17ª ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. Pag. 637

cercar-se de garantias o contrato de prestação de serviços de grande vulto e de extremo interesse para os administrados.

Prossegue o renomado Mestre:

... Excluir a possibilidade de requisitos acerca de capacitação técnica operacional conduz, em termos gerais, a colocar em risco a execução satisfatória da futura contratação.

(...)

Daí segue que a Administração deverá identificar os aspectos mais complexos e diferenciados do objeto licitado, para efeitos de exigência da experiência anterior.

Ressalte-se, que a exigência para a comprovação da aptidão para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação está em total harmonia com o disposto no inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93, a saber:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Nesse sentido, ressalta Luis Carlos Alcoforado:

A Administração não só deve cumprir e fazer cumprir a lei interna da licitação – o edital –, mas, também as leis externas que permanecem guardiãs a tutelar a atividade administrativa e a conduta de seus agentes.

Dispositivos do ordenamento jurídico, ainda que não previstos no edital – o edital não tem como reproduzir todas as normas positivas vigentes – devem ser observados pela Administração e pelo particular, os quais se aplicam a licitação indubitavelmente. (ALCOFORADO, Luis Carlos. Licitação e Contrato Administrativo, 2ª. Edição, Brasília Jurídica, p. 45.)

No mesmo sentido os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 30, II, §1º DA LEI Nº 8.666/93.

1. Não se comete violação ao art. 30, II, da Lei nº8.666/93, quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação em nome da empresa proponente, de atestados técnicos emitidos por operadores

de telefonia no Brasil de execução, no País, em qualquer tempo, de serviço de implantação de cabos telefônicos classe "L" e "C" em período consecutivo de 24 meses, no volume mínimo de 60.000 HXh, devidamente certificados pela entidade profissional competente.

2. O exame do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, em sua parte final, referente a "exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações" revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas, sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe." (REsp 172.232/SP, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.09.98.)

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO PÚBLICA – SERVIÇOS DE LEITURA DE HIDRÔMETROS E ENTREGA DE CONTAS – EDITAL – EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR – CAPACITAÇÃO TÉCNICA – ARTIGO 30, §1º, I, E §5º DA LEI N. 8.666/93 – RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. Dessarte, inexistente violação ao princípio da igualdade entre as partes se os requisitos do edital, quanto à capacidade técnica, são compatíveis com o objeto da concorrência.

In casu, a exigência, prevista no edital, de apresentação de atestados que comprovem a experiência anterior dos participantes na prestação dos serviços objeto de licitação não é abusiva ou ilegal, pois é uma forma de demonstrar sua capacidade técnico-operacional segundo os critérios discricionariamente estabelecidos pela Administração para a execução a contento dos serviços.

"A ausência de explícita referência, no art. 30, a requisitos de capacitação técnico operacional não significa vedação à sua previsão. A cláusula de fechamento contida no §5º não se aplica à capacitação técnico-operacional, mas a outras exigências" (Marçal Justen Filho, in "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", 8ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p. 335). (REsp 361.736/SP, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2002, DJ 31/03/2003, p. 196)

Extraí-se do corpo do citado acórdão que:

Consoante o ensinamento de Carlos Ari Sundfeld, "a formulação, nos editais de licitação, de exigências a serem atendidas pelo licitante, a fim de comprovar sua qualificação técnica e econômica, tem base constitucional. É evidente que tais exigências limitam a competição no certame licitatório, pois resultam no alijamento de todos aqueles que, não podendo atendê-las, vêem-se privados da oportunidade de contratar com o Estado. Está-se aqui, no entanto, perante uma limitação perfeitamente legítima à ampla possibilidade de disputa nos

mercados públicos, que a licitação visa a propiciar; trata-se simplesmente de fazer prevalecer o interesse público (qual seja: o de não correr o risco de contratar com empresas desqualificadas)” (A Habilitação nas Licitações e os Atestados de Capacidade Técnico-Operacional”, in “Licitações e Contratos Administrativos”, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1999, p. 100/101.

(...)

É de se concluir, portanto, que a exigência de demonstração de qualificação técnica dos licitantes, através de apresentação de atestados comprovando experiência na execução dos serviços compatíveis com o objeto licitado, não viola o disposto no artigo 30, §1º, da Lei n. 8.666/93, inexistindo no caso irregularidades para amparar qualquer imputação de responsabilidade.

### **III. 4 - Alegada existência de irregularidades na fase de habilitação**

Por fim, o relatório técnico entendeu pela improcedência da recomendação de republicação do edital, emitida no parecer jurídico da advogada Danielle Costa Santana. Nesse sentido, indicou que o convite foi dirigido a possíveis interessados em número superior ao mínimo exigido, motivo este, que dispensaria a repetição do edital. Ainda, destacou que a Comissão de Licitação teria aceitado a participação de licitantes que não apresentaram a integralidade dos documentos exigidos ou documentação faltosa.

Todavia, não obstante a conclusão emitida no r. Relatório Técnico, é nítido que o apontamento não deveria prosperar. Consoante se denota da Ata de Ocorrências da reunião de 27/03/2019, dois convidados foram inabilitados por não apresentarem a documentação integral exigida no edital de convocação. Ainda, a ata registrou que a Comissão decidiu dar seguimento ao processo com a habilitação de apenas um licitante.

Em seguida, acertadamente, a Assessora Jurídica responsável emitiu parecer recomendando que a Comissão não desse prosseguimento ao certame com apenas um licitante, assim, declinando pela nova publicação da Carta Convite para oportunizar a participação de outros convidados do ramo pertinente. Isto porque, no entendimento consolidado do Tribunal de Contas, é imprescindível que se apresentem – no mínimo – três licitantes devidamente qualificados. Assim, acaso

não obtido o número legal de propostas, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados, de modo a garantir a legitimidade do certame. Vejamos o teor do verbete sumular 248/TCU:

SÚMULA 248 – Não se obtendo o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, na licitação sob a modalidade Convite, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 7º, do artigo 22, da Lei 8.666/93.

Ainda, o parecer da assessoria jurídica pontuou que naquele procedimento licitatório não se justificava o uso das prerrogativas definidas no art. 22, §7º, da Lei 8.666/93, considerando que não se tratava de contratação urgente. Desta forma, sob quaisquer das perspectivas, era necessário republicar o convite, com vistas a convocar outros possíveis interessados no objeto.

Em lógica oposta, o Relatório Técnico afirmou que os autos do procedimento licitatório evidenciaram a manifestação de diversos outros interessados, fato este, que viabilizaria a continuidade do certame. Todavia, denota-se que apenas uma empresa não convidada manifestou conhecimento do edital, em virtude da publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

Por óbvio, é certo que a manifestação de uma empresa não tinha o condão de afastar a inabilitação de dois convidados. Portanto, não se fazia viável a continuidade do certame, considerando que, naquele contexto, a administração não conseguiu comprovar que o convite foi dirigido a número de possíveis interessados superior ao mínimo exigido.

Além disso, não se pode olvidar que naquele cenário, a continuidade do certame com apenas um interessado não garantia a busca da proposta mais vantajosa. Ora, deve-se considerar que o procedimento visava a contratação de profissional para prestar assessoria técnica à administração, não se tratando de mera aquisição de bens ou seleção com base apenas nos valores apresentados. Dessa forma, fazia-se imprescindível a repetição do convite, de forma a assegurar que a contratação resguardasse a escolha da melhor técnica.

Outrossim, não há que se falar em benefício aos licitantes inabilitados, haja vista que a Comissão deliberou pela realização de novo procedimento, com

repetição das fases de apresentação de documentos e propostas, isto é, não havendo anuência com os documentos faltosos, como faz crer o relatório técnico.

Nesse âmbito, cumpre ilustrar o entendimento sedimentado pelo Tribunal de Contas da União no bojo do Acórdão 591/2010, no qual, restou assentado que o certame deve ser realizado contando com o número mínimo de três propostas válidas, sob pena de repetição do ato. Ainda que, nem mesmo a existência de benefício no prosseguimento do certame não é capaz de elidir ilegalidades ocorridas no procedimento licitatório:

A modalidade convite exige a presença do número mínimo de três propostas válidas, sob pena de repetição do ato, exceto quando configuradas as hipóteses previstas no art. 22, § 7º, da Lei 8.666/1993.

(...)

"3.151 Não se discute se três empresas foram convidadas. O ponto em análise é se existiam três propostas válidas.

3.152 Ao promover licitações na modalidade denominada convite, o responsável deveria ter observado o entendimento do Tribunal consignado na Súmula de Jurisprudência nº 248 e no Acórdão 1730/2005-TCU-Segunda Câmara, no sentido de que o certame deve ser realizado contando com o número mínimo de três propostas válidas, sob pena de repetição do ato, exceto quando configuradas as hipóteses previstas no parágrafo 7º do art. 22 da Lei nº 8.666/1993.

3.153 Mais uma vez, registre-se que eventual execução da obra gerando benefício à população-alvo não é fator capaz de elidir ilegalidades ocorridas no certame licitatório. (...)"(Acórdão 591/2010-Segunda Câmara, sessão: 23/02/2010, Relato: Aroldo Cedraz, Tribunal de Contas da União)

Diante do exposto, sendo certo que no caso em epígrafe não se aplicam as exceções previstas no §7º, art. 22, da Lei 8.666/93, cristalino que o apontamento não merece guarida, razão pela qual, deve ser integralmente afastado.

#### **IV - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, uma vez demonstrada a inexistência de irregularidades no procedimento licitatório em comento, os responsáveis indicados pugnam pelo arquivamento da infundada representação.

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2021.

**Leonardo Spencer Oliveira Freitas**  
OAB-MG 97.653

**Luís André de Araújo Vasconcelos**  
OAB-MG 118.484

**Jéssica Cristine Andrade Gomes**  
OAB-MG 174.178

**Jordânia Ferreira dos Santos**  
OAB-MG 169.906

**Karolina Lima Campos Coelho**  
OAB-MG 176.353

**Aline Maíra Lacerda Santos**  
OAB-MG 143.262